

SANÇÕES DEVEM SER APLICADAS PRIMEIRO PELOS PAÍSES QUE TÊM PODER ECONÓMICO NO PAÍS

— Joaquim Chissano em conferência de imprensa com jornalistas estrangeiros

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do nosso País, Joaquim Chissano, que chefiou a delegação moçambicana à SADCC-2, concedeu no final daquele importante encontro uma Conferência de Imprensa aos jornalistas estrangeiros que cobriram os trabalhos da reunião. Nesse breve encontro com os jornalistas, o chefe da diplomacia moçambicana respondeu a algumas questões que lhe foram colocadas, a maior parte das quais se relacionavam com a aplicação integral de sanções económicas contra a racista África do Sul.

Passamos a transcrever alguns extractos da Conferência de Imprensa.

1. *Posição de Moçambique relativamente à Convenção de Lomé.*

RESPOSTA — A posição de Moçambique no concernente à Convenção de Lomé é a de que Moçambique precisa de mais tempo para ser convencido sobre as vantagens de aderir a esta Convenção. Contudo, Moçambique pensa que existem muitas vias de cooperação com a CEE e com os seus membros. O facto de a Convenção de Lomé ter sido que ser revista por duas vezes mostra que ela não é ainda uma instituição na sua versão final que poderia coordenar as relações económicas entre países. Precisamos, pois de pensar sobre as formas mais convenientes de cooperar com a CEE ou com os seus países membros. Esta é a nossa posição.

2. *Sanções contra a África do Sul.*

RESPOSTA — Esta Conferência foi feita visando diminuir a nossa dependência económica da África do Sul, isto é, trata-se de uma luta para a conquista de maior liberdade. Devem compreender que, nesta luta, nós temos sempre que nos sacrificar. Temos ainda laços com a África do Sul e esses laços foram-nos impostos. Na Europa há também ainda países com laços com a África do Sul. Agora, a questão é cortar ou não essas ligações. No caso dos nossos países, países como Moçambique, os laços são físicos e geográficos. No caso de outros países, os países europeus, os laços são mais de natureza económica e política. Assim, há mais fortes possibilidades para tais países de se sacrificarem do que nós, porque, para nós, sacrificarmo-nos significa amputar algumas partes do nosso corpo, enquanto que para os países europeus significa mudar o sistema das relações económicas com a África do Sul ou estabelecer prioridades nas áreas geográficas, nos países onde devem investir. A Suécia deu um exemplo e nós, sinceramente, esperamos que tal exemplo seja seguido

por outros. Não podemos esperar que todos os membros da CEE tomem a sua decisão imediatamente ou em conjunto. Mas nós sentimos que, se queremos que sejam aplicadas sanções efectivas contra a África do Sul, os países que têm poder económico na África do Sul são quem tem que tomar a dianteira e aplicar as sanções. Sabemos que há países que têm receio de fazer tal coisa. Mas para a paz, para a liberdade e para a cooperação eles têm que fazer isso.

3. *Relação entre as sanções contra a África do Sul e os nove países da África Austral.*

RESPOSTA — Do discurso que ouvi e da discussão que tive oportunidade de ter com o presidente da Conferência sobre o que ouvi, depois, da parte de algumas delegações sobre o seu discurso no que se refere a este assunto, ele clarificou-me que pensava exactamente o que nós pensamos em Moçambique, que é que as sanções têm que ser efectivas. Os países da Linha da Frente não gostariam de afirmar que irão aplicar as sanções contra a África do Sul, quando a nossa aplicação dessas sanções não terá os efeitos desejados. Mas gostaríamos de ver fazer isso àqueles países cuja aplicação das sanções teria resultados positivos. Fizemos isso com o Zimbabwe. Moçambique aplicou as sanções quando ficou seguro de que as suas sanções seriam efectivas. E foram-no. Entretanto, existem muitas circunstâncias na África do Sul que nos podem fazer aplicar as sanções contra este país. Isto não exclui que nós possamos aplicar sanções mesmo que outros países o não façam. Mas, nessa altura, haverá factores internos ou regionais que justificarão a aplicação de sanções pelos nove países da SADCC.

4. *Medidas que a África do Sul pode vir a tomar.*

RESPOSTA — Duvido das medidas

que a África do Sul possa vir a tomar contra o nosso País para desafiar as sanções contra ela por parte dos países europeus ou das organizações económicas. Não sei o que ganharia com isso porque, se tomasse medidas contra Moçambique, acreditamos que a África do Sul também perderia alguma coisa. Se ela tem a perder das sanções contra ela aplicadas pela França ou Alemanha Federal, Estados Unidos, da América, Grã-Bretanha, Holanda e outros e perde por tentar tomar qualquer espécie de retaliação em Moçambique, não sei como iria fazer isso. Mas ela perderia de um lado e nós de outro.

5. *Possível participação de Moçambique numa guerra contra a África do Sul.*

RESPOSTA — Esta questão foi-nos colocada em 1961, antes de a FRELIMO ter sido formada, a partir dos movimentos de resistência que então existiam. Perguntaram-nos se iríamos pegar em armas contra o colonialismo português. Nós respondemos: «Se fomos forçados a isso», Fomos forçados a isso e pegámos em armas. Perguntam-nos agora se nos juntaríamos numa luta armada contra a África do Sul. A resposta é a mesma: se fomos forçados a tal; Nós somos um País pacífico, com um Povo pacífico, mas se fomos forçados a lutar, lutaremos.

6. *Adesão de Moçambique à COMECON.*

RESPOSTA — Ainda não concluímos os nossos estudos acerca desta questão. Mas sentimos que existem muitas possibilidades de nos juntarmos à COMECON, porque sentimos que iremos lidar directamente com países socialistas que são membros da COMECON e seremos membros e participaremos nas decisões tomadas nesta organização.

7. *Desacordo entre as declarações do Botswana e de Moçambique no que*

se refere à aplicação de sanções contra a África do Sul.

RESPOSTA — Não existe nenhum desacordo entre o que disse o presidente da Conferência e o que eu disse. As sanções contra a Rodésia foram efectivas quando foram aplicadas totalmente e com sucesso por Moçambique, como um País independente. Não foram efectivas quando foram aplicadas pelo Governo português e pelo Governo britânico, porque não foram totalmente aplicadas. Portanto, não havia determinação, por parte daqueles países, em aplicar as sanções. Mas, devido à decisão tomada por Moçambique, para complementar uma decisão que já tinha sido tomada pela Zâmbia, as sanções tornaram-se efectivas.

8. *Passagem do petróleo dos Estados ocidentais por Moçambique para a África do Sul.*

RESPOSTA — Moçambique deve ser envolvido, mas não é Moçambique quem traz o petróleo da Holanda ou outros locais de onde provêm, para Maputo. Moçambique não gostaria de sacrificar os seus portos em benefício de outros portos por receber este petróleo da Holanda ou de outro qualquer país. Se o petróleo vai para a África do Sul, por que não através de Maputo, se ele não pode ir por outro lugar qualquer? A Holanda tem a sua responsabilidade se envia petróleo para a África do Sul através do porto de Maputo e nós não podemos esconder que os portos de Moçambique estão ainda abertos para a África do Sul.

9. *Relações entre a Conferência de Maputo e as sanções contra a África do Sul.*

RESPOSTA — Como disse aqui o presidente, a Conferência não tratou de questões ligadas às sanções. Esta Conferência tratou de Desenvolvimento, isto é, dos meios de diminuir a nossa dependência em relação à África do Sul.